



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

24
R

149

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº. 0164036-6/01

EMBARGANTE: LILIAN CLARK GOMES

EMBARGADO: CREDICARD BANCO S/A

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL -- EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS EM FACE DO NÃO PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO -- INSCRIÇÃO DO NOME DO EMBARGANTE NO SERASA -- LEGALIDADE -- EXISTÊNCIA DE DÉBITO A SER QUITADO -- VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC -- INOCORRÊNCIA -- MATÉRIA DEVIDAMENTE APRECIADA PELO ÓRGÃO FRACIONÁRIO -- PRETENSÃO DE MODIFICAÇÃO DO JULGADO -- INADMISSIBILIDADE -- EXCEPCIONALIDADE NÃO DEMONSTRADA -- EVIDENCIADO O CARÁTER PROCRASTINATÓRIO DOS EMBARGOS -- APLICAÇÃO DA MULTA DE 1% (UM POR CENTO) PREVISTA NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 538, DO CPC -- EMBARGOS CONHECIDOS, PORÉM REJEITADOS, UNANIMEMENTE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº. 0164036-6/01, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, conhecer e rejeitar o presente recurso de embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constantes nos autos, que fica fazendo parte integrante deste julgado. (Sessão realizada no dia 22 de dezembro de 2009).

Recife, 1º de fevereiro de 2010.


Des. **Eduardo Augusto Paurá Peres**
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

25
R

150

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMBAFGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0164036-6/01

EMBARIGANTE: LILIAN CLARK GOMES

EMBARIGADO: CITICARD BANCO S/A (CREDICARD BANCO S/A)

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr. (a) Procurador (a) de Justiça:

Insurge-se a embargante contra o acórdão de fl. 157, dos autos da apelação cível de nº 164036-6 (em apenso).

Entendo que o acórdão não contém a omissão apontada. Na verdade, a recorrente pretende é o reexame da causa, cujo julgamento lhe foi desfavorável, o que é descabido na presente sede processual.

Os aclaratórios são de natureza, em princípio, meramente integrativa, sendo raros os casos em que a doutrina e a jurisprudência aceitam o caráter infringente. Pretende a embargante, aqui, rediscutir questão já decidida e devidamente fundamentada, não existindo omissão, obscuridade ou contradição. Não se prestam os declaratórios para que se adapte a decisão ao entendimento da parte, nem para combater a orientação adotada no julgado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

151

A matéria versada nos autos foi devidamente apreciada pelo acórdão embargado, ficando decidido que não houve por parte da apelada, ora embargada, nenhuma prática de ato ilícito a ensejar uma indenização por danos morais e materiais. A inscrição no SERASA foi devida tendo em vista que havia um débito a ser quitado. Ainda, a alegada falta de notificação prévia do encaminhamento do nome da embargante aos cadastros de restrição ao crédito, não constituiu causa de pedir na peça inaugural. E mais, consta às fls. 35/36 correspondência do SERASA comunicando pedido de inclusão do nome da recorrente no cadastro de proteção ao crédito.

De outra sorte, o órgão julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas, sim, a julgar a questão posta a exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando aspectos pertinentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso concreto, como ocorreu no caso em comento.

Repito, da narrativa da inicial dos presentes declaratórios, extrai-se que a embargante objetiva, na verdade, o reexame do mérito da questão, a que em regra, mostra-se incabível, sendo viável apenas em circunstâncias excepcionais, hipótese não configurada no caso sob apreciação.

Por fim, evidencia-se o intento procrastinatório dos presentes embargos, sendo, por isso, aplicável a multa estabelecida no parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil.

Com tais considerações, meu voto é pelo conhecimento dos presentes embargos, rejeitando-os, todavia, por entender inexistente os vícios



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

27
R

152

elencados pelo artigo 535 do CPC, e também por ser inadmissível, na hipótese, a modificação do julgado, reconhecendo-lhe, contudo, o caráter procrastinatório, imponho à recorrente a aplicação da multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, prevista no art. 538, parágrafo único do CPC, a ser paga ao embargado.

É como voto.

Recife, 22 de dezembro de 2009

Eduardo Augusto Paurá Peres
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

Relator